

f
w

Os valores discriminados em projetos dizem respeito ao cofinanciamento das despesas executadas no âmbito de cada um dos projetos mencionados e aguarda-se o seu reembolso a curto prazo.

25. CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de clientes, contribuintes e utentes decompõem-se como se segue:

	31-dez-19		31-dez-18	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	-	46 303	-	40 567
Clientes conta títulos a receber	-	(4)	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	10 380	-	17 711
	-	56 679	-	58 278
Perdas por imparidade acumuladas	-	(16 136)	-	(17 711)
	-	40 543	-	40 567

Foram feitas regularizações e reversões de € 1 575 (mil, quinhentos e setenta e cinco euros) por conta de liquidações feitas no decorrer do exercício de relato.

26. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de estado e outros entes públicos decompõem-se como se segue:

	31-dez-19	31-dez-18
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	121 005	19 203
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	23 659	9 588
Outros impostos e taxas	-	-
	144 663	28 791
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	173 670	129 598
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	3 485
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	12 071	12 921
Segurança Social	54 600	53 941
Outros impostos e taxas	921	(9)
	241 262	199 936

Os saldos evidenciados nesta rubrica, resultam dos movimentos do quotidiano da empresa, quer resultantes dos encargos com salários, quer dos movimentos financeiros com os impostos que são de cumprimento obrigatório.

27. CAPITAL REALIZADO

Em 31 de dezembro de 2019 o capital da AZORINA, totalmente subscrito e realizado, era composto por 20 mil ações com o valor nominal de 5 euros, cada. As ações representativas do capital subscrito e realizado são detidas na totalidade pela região Autónoma dos Açores.

	<u>% Capital</u>	<u>Valor</u>
Região Autónoma dos Açores	100%	100 000

28. RESERVAS

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da AZORINA, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

29. RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31/dez/19</u>	<u>31/dez/18</u>
Resultado Transitado 2010	(44 943)	(44 943)
Resultado Transitado 2011	(531 030)	(531 030)
Resultado Transitado 2012	(59 390)	(59 390)
Resultado Transitado 2013	(133 071)	(133 071)
Resultado Transitado 2014	(667 574)	(667 574)
Resultado Transitado 2015	113 733	113 733
Resultado Transitado 2016	(318 344)	(318 344)
Resultado Transitado 2017	(451 295)	(451 296)
Regularizações Extraordinárias	(191 279)	803 631
Ajustamentos de Transição para o SNC-AP	(1 438)	(1 438)
Resultado Transitado 2018	94 136	-
	<u>(2 190 496)</u>	<u>(1 289 723)</u>

De destacar o desreconhecimento de € 994 910,31 (novecentos e noventa e quatro mil, novecentos e dez euros e trinta e um centimos) referente ao contrato programa (RCG n.º 78/2018) tendo em conta o valor total afeto à aquisição dos terrenos.

30. OUTRAS VARIAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

f
W

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-dez-19</u>	<u>31-dez-18</u>
Ajustamentos por impostos diferidos	(1 741 707)	(1 883 106)
Subsídios ao Investimento	13 936 326	13 634 234
Regionais		
Contrato Programa - Terrenos	6 131 895	6 131 895
Contratos Programa - Empreitadas	2 969 200	2 994 922
Outras entidades	2 736	
Comunitários	4 832 496	4 507 418
Prorural	94 633	94 633
Proconvergência	2 788 744	3 018 124
POVT	1 096 049	1 262 152
INTERREG	18 354	24 472
LIFE	202 967	-
PO2020 Óleos	171	-
Outras	108 037	108 037
Transferência da Empreitada do CICA	523 539	-
	<u>12 194 619</u>	<u>11 751 128</u>

Os aumentos registados no período, dizem respeito à transferência da empreitada do CICA, proveniente do património da RAA, dos investimentos relativos aos projetos cofinanciados do programa LIFE IP e VIDÁLIA, do PO2020 e do apoio da Direção Regional da Energia para a aquisição de painéis fotovoltaicos.

As diminuições do exercício resultam dos ajustamentos por impostos diferidos e da afetação a rendimentos do exercício da componente de subsídios depreciáveis, conforme explicado na nota 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação.

31. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan-18	Variação do Período	Saldo em 31-Dez-18
Passivos por impostos diferidos			
Subsídios bens depreciables	7 761 232	(366 929)	7 394 303
Subsídios bens não depreciables	3 427 223	(531 327)	2 895 897
Base Impostos Diferidos	11 188 455	(898 256)	10 290 199
Imposto	2 047 487	(164 381)	1 883 106

31 de Dezembro de 2019

	Saldo em 01-Jan-18	Variação do Período	Saldo em 31-Dez-18
Passivos por impostos diferidos			
Subsídios bens depreciables	7 394 303	(221 448)	7 172 855
Subsídios bens não depreciables	2 895 897	(551 224)	2 344 673
Base Impostos Diferidos	10 290 199	(772 672)	9 517 528
Imposto	1 883 106	(141 399)	1 741 708

Os passivos por impostos diferidos registados, têm por objetivo evidenciar o valor líquido de imposto dos subsídios recebidos essencialmente por conta da aquisição de terrenos (bens não depreciables) e por conta da execução de empreitadas (bens depreciables), nomeadamente os relativos às requalificações das margens das lagoas das Furnas e Sete Cidades.

32. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de fornecedores decompõem-se como se segue:

	31-dez-19	31-dez-18
Fornecedores conta corrente	68 074	81 587
	<u>68 074</u>	<u>81 587</u>

33. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de outras contas a pagar decompõem-se como se segue:

M
f
40

	31-dez-19		31-dez-18	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Remunerações a Liquidar - Férias e Subsídios		384 236		364 579
Juros a Liquidar		20 796		15 991
Imposto Municipal sobre Imóveis		4 180		4 180
Adiantamento de Projetos - LIFE		405 598		75 615
Outras contas a pagar	-	11 335	-	9 208
	-	826 146	-	469 573

Destaca-se nos registos efetuados nesta rubrica o montante referente ao adiantamento proveniente do projeto LIFE NATURA.

34. DIFERIMENTOS

Os saldos evidenciados nesta rubrica refletem a aplicação do princípio da especialização do exercício na atividade normal da empresa, mais concretamente em seguros, juros e outras despesas correntes que foram faturadas num período, mas que não lhe são imputáveis.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de diferimentos decompõem-se como se segue:

	31-dez-19	31-dez-18
Diferimentos (Ativo)		
Seguros pagos antecipadamente	-	-
Juros a pagar	1 516	-
Outros gastos a reconhecer	-	-
	1 516	-
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	-	94 436
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
	-	94 436

35. CUSTO DAS VENDAS

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, é detalhado como segue:

	31/dez/19			31-dez-18		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	6 082	94 169	100 251	5 045	93 999	99 044
Regularizações	2 732	10 511	13 244	2 102	4 493	6 595
Compras	37 860	207 141	245 001	37 118	109 084	146 202
Custo de vendas	32 468	176 340	208 808	33 979	104 421	138 400
Saldo final em 31 de Dezembro	8 742	114 459	123 201	6 082	94 169	100 251

36. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

	<u>31/dez/19</u>	<u>31-dez-18</u>
Serviços Especializados	1 171 926	579 720
Trabalhos Especializados	1 139 504	534 213
Publicidade e Propaganda	1 905	1 347
Honorários	30	30
Conservação e Reparação	7 422	22 633
Outros	23 065	21 497
Materiais	133 278	120 464
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	17 491	22 043
Material de Escritório	5 063	6 179
Artigos para Oferta	6 466	872
Outros Materiais	104 258	91 370
Energia e Flúidos	124 248	112 672
Electricidade	95 053	88 116
Combustíveis	12 390	14 961
Água	16 805	9 595
Deslocações Estadas e Transportes	19 884	24 435
Deslocações e Estadas	18 091	24 072
Transportes de Mercadorias	-	324
Outros Transportes	1 794	38
Serviços Diversos	94 688	122 743
Rendas e Alugueres	23 536	51 729
Comunicação	19 005	15 778
Seguros	31 165	30 987
Contencioso e Notariado	24	40
Limpeza Higiene e Conforto	20 958	15 407
Outros Serviços	-	8 803
	<u>1 544 024</u>	<u>960 034</u>

O período de relato evidencia um aumento generalizado deste grupo de rubricas de gastos, constatando-se um crescimento em termos absolutos que ascende a € 584 000,00 (quinhentos e oitenta e quatro mil euros), variação em termos relativos de + 60%, comparativamente ao exercício anterior.

No que concerne aos *serviços especializados*, o acréscimo registado ultrapassa os 100% comparativamente ao que foi registado em 2019 e justifica-se pelo fato da AZORINA ter aumentado a execução dos projetos cofinanciados.

Relativamente à rubrica de *materiais*, esta aumenta em cerca de € 13 000,00 (treze mil euros) quando comparada com o ano anterior.

Os gastos com *energia* aumentaram cerca de € 12 000 (doze mil euros), essencialmente por conta do aumento generalizado do funcionamento dos Centros e com a abertura da Casa dos Vulcões a partir do mês de julho.

A rubrica de *deslocações, estadas e transportes* registou uma ligeira diminuição face ao período homólogo.

A rubrica de *serviços diversos* evidencia uma diminuição na ordem dos € 28 000 (vinte e oito mil euros) quando comparada com o ano anterior, pelo facto da AZORINA ter encontrado um novo espaço, não onerado, para os seus escritórios em Ponta Delgada, em detrimento do espaço que tinha arrendado no edifício dos CTT.

bc

f
cp

37. OUTROS GASTOS E PERDAS

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foram como segue:

	<u>31/dez/19</u>	<u>31-dez-18</u>
Impostos	67 118	41 379
Perdas em inventários	653	583
Gastos e perdas em inv. não financeiros	365	1 419
Outros gastos e perdas	7 669	4 815
	<u>75 804</u>	<u>48 196</u>

Quando comparado com o período homólogo, esta rubrica regista um aumento na ordem dos € 25 000,00 (vinte e cinco mil euros), essencialmente por conta dos custos inerentes ao financiamento contratado no período de relato que ascendeu a € 22 000,00 (vinte e dois mil euros), assim como, a liquidação de IRC referente ao exercício de 2018 que totalizou cerca de € 6 000,00 (seis mil euros).

38. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	<u>31/dez/19</u>			<u>31-dez-18</u>		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	27 692	-	27 692	27 692	-	27 692
Ativos fixos tangíveis	511 801	-	511 801	545 938	-	545 938
Ativos intangíveis	3 449	-	3 449	17 102	-	17 102
	<u>542 941</u>	<u>-</u>	<u>542 941</u>	<u>590 732</u>	<u>-</u>	<u>590 732</u>

Como podemos constatar no quadro acima, registou-se uma diminuição do valor global das depreciações em cerca de € 48 000,00 (quarenta e oito mil euros), por conta de bens que passaram a estar totalmente depreciados.

39. JUROS

Os juros, efetuados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, detalham-se da seguinte forma:

	<u>31/dez/19</u>	<u>31-dez-18</u>
Juros suportados	93 182	97 205
Outros gastos e perdas de financiamento	-	1 053
	<u>93 182</u>	<u>98 257</u>
Resultados financeiros	<u>93 182</u>	<u>98 257</u>

40. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A AZORINA não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Decorrente do artigo 66.º A do Código das Sociedades Comerciais, os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas no exercício de relato foram de 8 100,00€.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a situação da AZORINA perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2019, a AZORINA não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2019.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

As contas serão submetidas à apreciação da Assembleia Geral no dia 30 do mês junho de 2020, propondo o Conselho de Administração à Assembleia Geral que o resultado líquido positivo do exercício de 2019, no montante de € 268 653,70 seja transferido para a conta de resultados transitados.

Horta, 30 de junho de 2020

O Contabilista Certificado,



	Despesa corrente	1 937 480,06	3 013 748,91	415 500,21	0,00	0,00	5 327 129,18	4 819 103,35
D1	Despesas com o pessoal	654 827,25	2 114 622,20	0,00	0,00	0,00	2 769 449,45	2 810 021,70
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	452 330,50	1 773 871,77	0,00	0,00	0,00	2 226 202,33	2 021 354,20
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	34 203,44	0,00	0,00	0,00	34 208,44	31 303,10
D1.3	Segurança social	202 456,69	306 541,99	0,00	0,00	0,00	509 038,69	765 364,40
D2	Aquisição de bens e serviços	1 115 585,52	445 755,92	415 500,21	0,00	0,00	1 977 242,65	1 682 485,09
D3	Juros e outros encargos	127 667,29	0,00	0,00	0,00	0,00	127 667,29	82 272,72
D4	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	0,00	453 260,79	0,00	0,00	0,00	453 260,79	259 226,24
D7	Despesa de capital	60 372,28	212 384,35	0,00	0,00	0,00	292 755,64	119 257,53
D7.1	Investimento	60 372,28	212 384,35	0,00	0,00	0,00	292 755,64	119 257,53
D8	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa efetiva [5]	1 977 852,34	3 226 133,27	415 500,21	0,00	0,00	5 613 855,82	4 957 365,88
	Despesa não efetiva [6]	104 229,58	410 000,00	0,00	3 730 000,00	0,00	4 244 229,58	837 010,47
D10	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D11	Despesa com passivos financeiros	104 229,58	410 000,00	0,00	3 730 000,00	0,00	4 244 229,58	837 010,47
	Soma [7]=[5]+[6]	2 082 081,92	3 636 133,27	415 500,21	3 730 000,00	0,00	9 864 115,40	5 864 407,35
DOT1	Operações de tesouraria [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Saldo para a gestão seguinte							
	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	133 753,61	72 956,66	4 719,36	0,00	0,00	211 429,63	260 062,57
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Saldo global [2] - [5]	237 833,19	-184 507,20	4 719,36	0,00	0,00	58 195,35	255 603,73
	Despesa primária	1 850 785,05	3 226 133,27	415 500,21	0,00	0,00	5 492 818,53	4 878 593,16
	Saldo corrente	318 355,47	-2 424 190,92	-415 500,21	0,00	0,00	-2 521 735,66	-2 514 650,75
	Saldo de capital	-80 372,28	2 239 693,72	420 619,57	0,00	0,00	2 579 931,01	2 769 064,54
	Saldo primário	365 030,43	-184 507,20	4 719,36	0,00	0,00	185 262,64	343 377,51
	Receita total [1] + [2] + [3]	2 215 835,53	3 709 059,93	420 619,57	3 730 000,00	0,00	10 075 545,03	6 124 469,92
	Despesa total [5] + [6]	2 082 081,92	3 636 133,27	415 500,21	3 730 000,00	0,00	9 864 115,40	5 654 407,35

O Contabilista Certificado

Helena Rosa

Em 30 de junho de 2020

O Órgão de Gestão

Luísa Antónia

Valéria

Em 30 de junho de 2020

Demonstração de execução orçamental da Receita

Rubrica	Descrito	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receita liquada	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total	Por cobrar no final do período	Períodos anteriores	Período corrente	Grau exec. etc.
R1	Receita corrente	2 318 300,33	59 613,39	2 829 051,61	25 175,14	2 831 651,94	26 258,42	26 258,42	26 579,32	2 778 814,20	2 805 333,52	59 423,78	26 579,32	44,59%	94,22%
R1.1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R1.2	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R3	Contribuições para a segurança social, CGA e ADSE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R4	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5	Transferências Correntes	528 000,00	0,00	0,00	0,00	576 263,62	0,00	0,00	0,00	576 263,62	576 263,62	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1	Administrações Públicas	528 000,00	0,00	576 263,62	0,00	576 263,62	0,00	0,00	0,00	576 263,62	576 263,62	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	26 000,00	0,00	15 168,33	0,00	15 168,33	0,00	0,00	0,00	15 168,33	15 168,33	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.3	Segurança Social	2 000,00	0,00	2 010,39	0,00	2 010,39	0,00	0,00	0,00	2 010,39	2 010,39	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.4	Administração Regional	500 000,00	0,00	559 084,90	0,00	559 084,90	0,00	0,00	0,00	559 084,90	559 084,90	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R5.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R6	Venda de bens e serviços	1 985 300,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R7	Outras receitas correntes	5 000,00	59 613,39	2 239 489,62	25 175,14	2 242 093,95	26 258,42	26 258,42	26 579,32	2 189 256,21	2 215 835,53	59 423,78	26 579,32	44,59%	97,76%
R8	Receita de capital	7 945 494,10	0,00	7 273 750,22	2 598,71	7 272 750,22	2 598,71	2 598,71	0,00	7 270 151,51	7 270 151,51	0,00	0,00	0,00%	100,00%
R9	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1	Transferências de Capital	3 534 431,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.1	Administrações Públicas	2 826 874,05	0,00	2 861 853,35	0,00	2 861 853,35	0,00	0,00	0,00	2 861 853,35	2 861 853,35	0,00	0,00	0,00%	100,00%
R9.1.2	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.3	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.4	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.1.5	Administração Regional	2 826 874,05	0,00	2 441 233,78	0,00	2 441 233,78	0,00	0,00	0,00	2 441 233,78	2 441 233,78	0,00	0,00	0,00%	100,00%
R9.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R9.3	Outras	707 157,48	0,00	422 615,57	0,00	420 619,57	0,00	0,00	0,00	420 619,57	420 619,57	0,00	0,00	0,00%	100,00%
R10	Outras receitas de capital	11 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	10 834,30	0,00	10 834,30	0,00	0,00	0,00	10 834,30	10 834,30	0,00	0,00	0,00%	100,00%
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R13	Receita com passivos financeiros	4 140 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	260 062,57	0,00	260 062,57	2 593,71	260 062,57	2 598,71	2 598,71	0,00	4 140 000,00	4 140 000,00	0,00	0,00	0,00%	100,00%
	Total geral da receita	10 463 734,43	59 613,39	10 101 807,82	27 773,85	10 104 402,16	28 857,13	28 857,13	28 579,32	10 048 965,71	10 075 545,03	59 423,78	28 579,32	44,59%	95,00%

O Contabilista Certificado

Helena Dias

Em 30 de junho de 2020

O Orgão de Gestão

Andréa Freitas
Helena Dias

Demonstração de execução orçamental da Despesa

Subcategoria	Descrição	Despesa por pagar de períodos anteriores	Dívidas exigíveis	Câmbios / detachados	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas/liquidadas de reposições		Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau exec. etc.	
							Períodos anteriores	Período corrente			Períodos anteriores	Período corrente
		145 222,09	5 880 946,82	173 358,12	5 543 382,82	5 459 741,42	117 715,90	5 209 413,28	83 841,40	132 612,24	2,05%	38,55%
D1	Despesa corrente	66 995,64	2 873 265,32	0,00	2 847 825,92	2 847 825,92	66 995,64	2 702 449,81	0,00	78 376,47	2,33%	94,00%
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	29 497,24	2 871 857,51	0,00	2 254 836,59	2 254 836,59	29 497,24	2 196 705,09	0,00	28 634,26	1,30%	96,69%
D1.2	Ativos Variáveis ou Eventuais	350,18	36 971,93	0,00	34 351,79	34 351,79	350,18	33 952,26	0,00	149,35	0,95%	91,55%
D1.3	Segurança social	37 152,22	544 425,88	0,00	538 631,54	538 631,54	37 152,22	471 886,46	0,00	49 593,96	6,58%	83,60%
D2	Aquisição de bens e serviços	78 223,45	2 411 832,46	173 358,12	2 114 116,20	2 031 478,42	50 716,26	1 926 526,39	82 937,78	54 233,77	2,10%	79,88%
D3	Juros e outros encargos	0,00	138 618,49	0,00	127 093,86	127 067,29	0,00	127 067,29	26,57	0,00	0,00%	95,10%
D4	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D4.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D6	Outras despesas correntes	0,00	462 230,55	0,00	454 346,84	453 369,79	0,00	453 369,79	977,05	0,00	0,00%	98,08%
D7	Despesa de capital	884,81	4 582 847,61	0,00	4 538 162,28	4 538 162,28	884,81	4 536 101,41	0,00	1 176,06	0,02%	98,96%
D8	Investimento	884,81	3 388 362,61	0,00	2 593 932,70	2 593 932,70	884,81	2 591 871,83	0,00	1 176,06	0,25%	85,25%
D8.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D8.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D8.1.2	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D8.1.3	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D8.1.4	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D8.1.5	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D8.2	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D8.3	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D8.4	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
D10	Despesa com ativos financeiros	0,00	4 244 485,00	0,00	4 244 229,58	4 244 229,58	0,00	4 244 229,58	0,00	0,00	0,00%	99,99%
D11	Despesa com passivos financeiros	0,00	10 468 794,43	173 358,12	10 081 545,10	9 997 905,70	118 600,71	9 745 514,69	83 641,40	133 788,30	1,13%	93,14%
	Total	145 222,09	10 468 794,43	173 358,12	10 081 545,10	9 997 905,70	118 600,71	9 745 514,69	83 641,40	133 788,30	1,13%	93,14%

O Contabilista Certificado

Helena Raposo

Em 30 de Junho de 2020

O Órgão de Gestão

Em 30 de Junho de 2020

Auditor Público
Helena Raposo

Demonstração de execução de plano plurianual de investimentos

Objetivo	Número de Projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de refinanço	Fonte de financiamento				Dados			Montante Previsto				Montante Executado		Nível de execução financeira anual (%)	Nível de execução financeira global (%)
					RG	RP	EU	EMPR	Início	Fim	2018	Anos seguintes	Total	Anos anteriores	2018	Total			
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	
Conservação do solo	1	Valorização de casarões florestais	D7	0	32000		150,98		01/02/2019	31/12/2019	199,99	199,99	199,99		199,99		100,00%	100,00%	
Adquirição de equipamento administrativo	2	LIFE NADIA	D7	0	1.503,27				01/09/2019	31/12/2019	4.671,03	4.671,03	4.671,03		4.671,03		300,00%	300,00%	
Adquirição de equipamento administrativo	3	LIFE NATURA	D7	0	739,84		1.086,27		01/02/2019	31/12/2019	1.827,11	1.827,11	1.827,11		1.827,11		100,00%	100,00%	
Conservação de habitats e criação de equipamentos, infraestruturas, renovação e substituição	4	Renovação parque autómovel	D7	0	14.340,00		145.401,11		01/02/2019	31/12/2019	242.435,19	14.340,00	14.340,00	14.340,00	14.340,00	14.340,00	82,07%	82,07%	
Renovação e substituição	5	Equipamento administrativo	D7	0	21.650,56				01/02/2019	31/12/2019	7.681,52	21.650,56	21.650,56	21.650,56	21.650,56	21.650,56	93,89%	93,89%	
Renovação e substituição	6	Quadros, Equipamentos	D7	0	7.641,52				01/02/2019	31/12/2019	7.681,52	7.681,52	7.681,52	7.681,52	7.681,52	7.681,52	93,89%	93,89%	
Renovação e substituição	7	Quadros, Equipamentos	D7	0	21.954,81				01/02/2019	31/12/2019	14.295,63	21.954,81	21.954,81	21.954,81	21.954,81	21.954,81	93,89%	93,89%	
Renovação e substituição	8	Melhoramentos estruturas no Centro de interpretação da Cultura, Vênia	D7	0	14.206,61				14/06/2019	31/12/2019	14.206,63	14.206,63	14.206,63	14.206,63	14.206,63	14.206,63	100,00%	100,00%	
Renovação e substituição	9	Armazém para ferramentas e utensilios	D7	0	8.386,77				15/09/2019	31/12/2019	8.386,77	8.386,77	8.386,77	8.386,77	8.386,77	8.386,77	100,00%	100,00%	
					118.131,97		150.230,64			Total	338.362,61	338.362,61	338.362,61	338.362,61	338.362,61	338.362,61	86,53%	86,53%	

O Contabilista Certificado
Helena Peres
 Em 30 de Junho de 2020

O Orgão de Gestão

Em 30 de Junho de 2020

Ludmilla Fontana
Walter Colke



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza – Azorina, S. A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 19.232.073,41 euros e um total de fundos próprios de 10.378.762,10 euros, incluindo um resultado líquido de 268.653,70 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza – Azorina, S. A. em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza material relacionada com a continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, não obstante a Azorina continuar com forte dependência financeira do acionista único, a Região Autónoma dos Açores, a qual tem vindo a assumir as condições indispensáveis e necessárias para garantir o seu funcionamento.

A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.



Ênfase

Conforme divulgado na nota 17 do anexo, em março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde uma pandemia resultante da disseminação do novo coronavírus (COVID-19). Esta situação e a sua evolução poderão vir a ter impactos significativos na envolvente económica global, e consequentemente nas contas da entidade, que neste momento não é possível quantificar ou antever.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório e contas nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não



detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório e contas com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 10.075.545,03 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 9.864.115,40 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar



que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório e contas

Em nossa opinião, o relatório e contas foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

30 de junho de 2020

Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Representada por:
Nuno Miguel da Costa Tavares

(ROC n.º 1582) (Inscrito como Auditor na CMVM sob o n.º 20161192)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmo. Senhor Acionista,

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação dos resultados apresentados pelo Conselho de Administração da **Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza - AZORINA, S.A.**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O relatório do Conselho de Administração descreve pormenorizadamente as atividades da Azorina durante o exercício de 2019 que são essencialmente a promoção e apoio à gestão integrada das áreas protegidas terrestres e marinhas, valorizando os recursos naturais e paisagísticos e a biodiversidade e geodiversidade do arquipélago dos Açores, nomeadamente na realização de projetos e ações destinados a proteger a biodiversidade, a geodiversidade e os recursos ambientais, a adoção de medidas de gestão do território, construção e exploração de infraestruturas destinadas à recolha, transferência, valorização e destino final de resíduos, águas residuais e seus derivados, educação e formação dos cidadãos em matéria de ambiente, construção, exploração e manutenção de infraestruturas necessárias à conservação, proteção e valorização do ambiente e promoção, desenvolvimento e exploração da fileira florestal.

No âmbito das suas atribuições, a Azorina pode desenvolver outras atividades acessórias: promover estudos, implementar e desenvolver ações e projetos no âmbito dos planos especiais de ordenamento do território, bem como noutras ações e projetos que se destinem à proteção e valorização ambiental da área de intervenção e que se revelem importantes para a proteção das zonas abrangidas.

1. SÍNTESE DA AÇÃO DESENVOLVIDA

De acordo com o disposto nos artigos 420º e 421º do Código das Sociedades Comerciais e artigo 19.º do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2010/A republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2014/A e no desempenho das nossas funções:

- Acompanhamos regularmente a evolução dos negócios da Azorina;

- Verificamos a regularidade dos livros e registos contabilísticos e respetiva documentação;
- Vigiamos pela observância da lei e do contrato da sociedade e tomámos conhecimento dos atos da Administração.
- Analisamos o relatório de gestão e as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo naquela data, compreendendo estas o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o respetivo anexo.
- Reunimos com Conselho de Administração de forma a recolher e prestar informações e esclarecimentos sobre a verificação e análise efetuada;
- Reunimos com os serviços de contabilidade da Sociedade, de forma a recolher e prestar informações e esclarecimentos sobre a verificação e análise efetuada.

A Certificação Legal das Contas que faz parte integrante deste Relatório, e aqui se dá como reproduzida, faz referência à forte dependência financeira do acionista único e à impossibilidade da Azorina prosseguir a sua atividade, sem este apoio e ao efeito potencial futuro da pandemia resultante da COVID19.

2. ORIENTAÇÕES LEGAIS E TUTELARES VIGENTES PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

O relatório do Conselho de Administração descreve o governo da sociedade, bem como algumas das exigências estabelecidas no Art. 16.º do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A que estabelece as disposições aplicáveis às empresas do Setor Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores.

A Resolução do Conselho do Governo n.º 117/2017 de 27 de outubro de 2017, aprova as orientações estratégicas globais e específicas de gestão, destinados à generalidade das empresas públicas regionais, com o objetivo de potenciar a eficácia da gestão dos ativos públicos.

Dado a abertura de novos espaços comerciais, o redimensionamento da atividade para a crescente procura turística dos Açores e a execução e dimensão dos projetos em curso, tornam os dados contabilísticos não comparáveis entre os vários anos. Por este facto não é

possível qualquer apreciação global sobre o efeito das orientações de gestão para a contenção de gastos.

3. DESEMPENHO E CONCLUSÕES

Neste exercício assinala-se a reabertura do Centro de Interpretação Ambiental e Cultural do Corvo com a nova denominação de Centro de Interpretação de Aves Selvagens do Corvo, remodelação da Casa da Montanha, abertura da Casa dos Vulcões, abertura de uma cafetaria no Centro de Visitantes da Furna do Enxofre, para além do ano completo de funcionamento do Centro de Interpretação Ambiental da Caldeira Velha.

Os projetos mais significativos, com aumento de gastos de fornecimentos diversos e pessoal, assinalam-se os projetos *LIFE Vidália - Valorização e Inovação dirigidos à Azorina e Lotus nas Ilhas Açorianas* e o projeto *LIFE - IP Azores Natura: Active protection and integrated management of Natura 2000 Network in Azores*.

Quanto ao endividamento bancário, fixou-se por valores ligeiramente abaixo do valor de 2018. Em 2019 foi contraído novo empréstimo no valor de € 3 730 000,00, pelo prazo de 10 anos e com carência de capital de 1 ano, que permitiu a consolidação de outros dois financiamentos, reduzindo os encargos financeiros com os mesmos.

Não nos pronunciámos sobre o Plano Estratégico Plurianual 2019/2020 e não nos pronunciámos sobre o Orçamento para o exercício de 2019. Não temos conhecimento que outro organismo de supervisão o tenha feito.

Face ao reconhecimento de parte significativa dos contratos programa como receitas de capital, a Azorina apresenta um saldo orçamental corrente de € -2 521 735,65 que contrasta com o saldo orçamental de capital de € 2 579 931,01, conduzindo, no final, a um saldo orçamental primário de € 185 262,64 e saldo global de € 58 195,35. Embora a preocupação resida na obtenção de um saldo positivo, recomendamos que seja reanalisada a classificação das receitas correntes e de capital, tornando igualmente esta informação mais próxima do relatado pela contabilidade financeira.

O facto de ser uma Entidade Pública Reclassificada coloca-a na condição de ter que cumprir simultaneamente exigências de natureza pública e privada.

Ao nível contabilístico acarretou a exigência de implementação de um sistema de contabilidade orçamental. Recomendamos a revisão iterativa do sistema implementado.

Importará avançar para a definição de uma estrutura conceptual de contabilidade de gestão, adequada aos seus serviços e que aperfeiçoe a produção de informação útil à tomada de decisão.

Os serviços de auditoria interna também deverão ser cabalmente implementados.

4. PARECER

Como resultado das informações recebidas e das verificações efetuadas, somos de parecer que sejam aprovados o Relatório de Gestão e os restantes elementos de prestação de contas respeitantes ao exercício de 2019, bem como a proposta de aplicação dos resultados.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento à Administração e aos serviços com quem contactamos em especial aos serviços administrativos, contabilísticos e financeiros pela valiosa colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

30 de junho de 2020

O Fiscal Único,

Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, SROC, Lda.



Representada por:

Nuno Miguel da Costa Tavares

(ROC n.º 1582) (Inscrito como Auditor na CMVM sob o n.º 20161192)

(SROC Inscrita como Auditor na CMVM sob o n.º 20161400)